

LEI MUNICIPAL Nº 1.720, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER REPASSE FINANCEIRO A TÍTULO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO À ENTIDADE ABRIGO JESUS, ESPERANÇA E VIDA NO EXERCÍCIO DE 2.020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LUCIVAL JOSÉ CORDEIRO, Prefeito do Município de Cajati, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Cajati aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

I - DO REPASSE

Art. 1º Fica o Executivo autorizado, a conceder à entidade filantrópica sem fins lucrativos **ABRIGO JESUS, ESPERANÇA E VIDA**, inscrita no CNPJ Nº 64.038.607/0001 - 43, com sede na Rua Frutuoso Pereira de Moraes, s/nº - Bairro Bico do Pato, neste Município, a título de **Subvenção Social**, repasses financeiros da seguinte forma: **FONTE 01 – RECURSOS MUNICIPAIS** no valor de **R\$ 444.000,00** (quatrocentos e quarenta e quatro mil reais) em **12 (doze) parcelas iguais** de **R\$ 37.000,00** (trinta e sete mil reais), **FONTE 02 – RECURSOS ESTADUAIS** – no valor de **R\$ 60.000,00** (sessenta mil reais) em **12 (doze) parcelas** de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais) e **FONTE 05 – RECURSOS FEDERAIS** – no valor de **R\$ 60.000,00** (sessenta mil reais) em **12 (doze) parcelas** de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais) e a título de **Auxílio**, repasse financeiro referente **EMENDAS IMPOSITIVAS** no valor de **R\$ 52.554,00** (cinquenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais) em **parcela única**, totalizando um repasse anual de **R\$ 616.554,00** (seiscentos e dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais).

Art. 2º Os repasses referentes à fonte 01 – recursos municipais serão efetuados mensalmente até o décimo dia útil de cada mês no caso da Subvenção Social, quanto ao repasse do Auxílio será realizado em parcela única no Mês de Janeiro/2020 e os recursos da fonte 02 e 05 – Governo Estadual e Federal respectivamente, em até 05 (cinco) dias do recebimento da receita nos cofres públicos ou em conformidade com o Plano de Trabalho, quando couber.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.11.01 - Departamento de Desenvolvimento e Assistência Social – ENTIDADE ABRIGO JESUS, ESPERANÇA E VIDA – Funcional Programática 08.243.0033.2071 – elemento de despesa 3.3.50.43 – Subvenções Sociais: FONTE 01 – R\$ 444.000,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil reais), FONTE 02 – R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), FONTE 05 – R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e elemento de despesa 4.4.50.42 – Auxílios - FONTE 01 – R\$ 52.554,00 (cinquenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais) – Emendas Impositivas.

(FLS.02 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.720/2019)

II - DO OBJETO

Art. 4º Constitui objeto da presente Lei o desenvolvimento de atividades destinadas à prestação de serviços assistenciais com acolhimento compreendidos na área da Criança/Adolescente, para fins de manutenção da entidade em despesas correntes/custeio.

III - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Art. 5º É da competência do **MUNICÍPIO**:

I- transferir os recursos consignados no artigo 1º, mediante repasses em conformidade com os prazos determinados;

II - apoiar tecnicamente a **ENTIDADE** na execução das atividades;

III - promover o treinamento dos recursos humanos necessários à execução do objeto, sempre que necessário;

IV - supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela **ENTIDADE**;

V - examinar e caso esteja correta aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados a **ENTIDADE**;

VI - assinalar prazo para que a **ENTIDADE** adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Lei, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorridas;

VII - comunicar ao Conselho Municipal de Assistência Social as irregularidades verificadas e não sanadas pela **ENTIDADE** quanto à qualidade dos serviços prestados e quanto à aplicação dos recursos financeiros transferidos;

VIII - dar publicidade a liberação dos recursos financeiros, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de liberação.

IV - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

Art. 6º É da competência da **ENTIDADE**:

I- Executar os programas assistenciais a que se refere o artigo 4º a quem deles necessitar, na conformidade do plano de trabalho, diretrizes e princípios da Política Municipal de Assistência Social;

II- Zelar pela manutenção dos padrões de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo **MUNICÍPIO** e aprovadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

III- proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços assistenciais, sem discriminação de qualquer natureza;

IV- manter recursos humanos, materiais e equipamentos adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços que se obriga a prestar, com vista ao alcance dos objetivos desta Lei;

V- aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO** e também os rendimentos de aplicação financeira, se houver, na prestação dos serviços objeto desta Lei;

VI- prestar contas ao **MUNICÍPIO**, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e das normas estabelecidas da Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2014, até 31 de Janeiro do exercício subsequente dos recursos repassados durante o exercício anterior, e, se for o caso, até 30 (trinta) dias do término da vigência desta Lei, ou de suas eventuais prorrogações, sob pena de ficar impedida de receber quaisquer outros recursos financeiros por parte do **MUNICÍPIO**;

(FLS.03 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.720/2019)

VII- manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos, bem como a relação nominal dos atendidos, atualizados e em boa ordem, sempre à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo e do Conselho Municipal de Assistência Social, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação dos recursos financeiros recebidos;

VIII - A entidade beneficiária da subvenção fica proibida de redistribuir os recursos recebidos da Prefeitura à outras entidades, congêneres ou não:

IX- assegurar ao **MUNICÍPIO** e responsáveis pelo Departamento de Desenvolvimento Assistência Social, ao Conselho Municipal de Assistência Social as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços obtidos;

X- autorizar a afixação, em suas dependências, em local de fácil visualização, das informações e orientações sobre os serviços prestados e da participação do Governo Municipal, Estadual e Federal nos programas cujos recursos tenham origem nas disposições desta Lei;

XI - No corpo dos documentos originais das despesas, colocar o número da lei autorizadora e termos do repasse e do órgão público concessor a que se referem, extraindo-se em seguida, as cópias que serão juntadas nas prestações de contas;

XII - Os documentos originais de receitas e despesas vinculados ao repasse, referentes à comprovação da aplicação dos recursos repassados, após contabilizados, ficarão arquivados na entidade beneficiária, à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ou a quem couber.

V - DA VIGÊNCIA

Art. 7º O prazo de vigência para execução do objeto compreende o período de 1º de Janeiro de 2020 até 31 de Dezembro de 2020, podendo ser prorrogado a critério das partes, mediante Lei.

VI - DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 8º O controle e a fiscalização ficará sob os encargos dos seguintes órgãos municipais responsáveis: Departamento de Desenvolvimento e Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os responsáveis pela fiscalização poderão solicitar informações ou relatórios detalhados quando necessários, realizar visitas in loco, sugerir modificações ou alterações na execução do objeto sempre que melhor convier, no intuito de melhorar os serviços oferecidos pela entidade beneficiária.

VII - DA RESTITUIÇÃO

Art. 9º A **ENTIDADE** compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo **MUNICÍPIO**, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

A - inexecução do objeto parcial ou total;

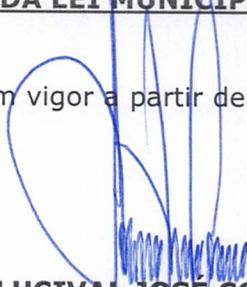
B - não apresentação da prestação de contas nos prazos estabelecidos, salvo prorrogações autorizadas em lei;

C - utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida;

D - saldo financeiro não utilizado até 31/12 do ano que refere-se o repasse.

(FLS.04 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.720/2019)

Art. 10 Esta Lei entrará em vigor a partir de **01/01/2020**, revogando-se as disposições em contrário.



LUCIVAL JOSÉ CORDEIRO

Prefeito do Município de Cajati

REGISTRADO NO SERVIÇO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Cajati (SP), aos 13 dias do mês de dezembro de 2019.



PEDRO ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA

Diretor do Departamento Jurídico